



MUNICÍPIO DE BURITIS
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LEI Nº 2253/2025

"Dispõe sobre o prazo máximo para a expedição de alvará e licença de funcionamento no âmbito do Município de Buritis -RO e dá outras providência."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes conferidas por lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Buritis, Estado de Rondônia, aprovou e fica a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica estabelecido que a expedição de alvarás e licenças de funcionamento para estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e congêneres no âmbito do Município de Buritis deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo do pedido devidamente instruído com toda a documentação exigida.

Art. 2º O órgão municipal competente deverá fornecer ao requerente, no ato do protocolo, um comprovante contendo:

- I – a data do protocolo;
- II – a relação completa da documentação exigida;
- III – o número de protocolo para fins de acompanhamento do processo.

Art. 3º Caso o alvará ou licença de funcionamento não seja expedido no prazo estabelecido no art. 1º, e desde que não haja pendência documental formalmente comunicada ao requerente, o interessado poderá iniciar as atividades de forma provisória, mediante a apresentação do comprovante de protocolo.

§1º O funcionamento provisório terá validade de até 90 (noventa) dias, podendo ser revogado a qualquer tempo mediante justificativa formal da autoridade competente.

§2º Durante o funcionamento provisório, o estabelecimento deverá cumprir integralmente as normas sanitárias, ambientais, de segurança e demais regulamentações vigentes.


Gilberto Aparicio
Vereador (PL)
Buritis/RO - Tel.: (69) 99279-4930

Publicado no Mural
Câmara Municipal de Buritis

De: 07/11/25 À: 06/12/25





MUNICÍPIO DE BURITIS
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 4º A contagem do prazo será suspensa nos casos em que o processo for sobrestado por motivo devidamente justificado e comunicado ao requerente, como pendência de documentação, exigência técnica ou vistoria imprescindível.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, estabelecendo os procedimentos administrativos, formulários e requisitos técnicos para sua plena aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Vereador Presidente
Gilberto Aparício, aos sete dias do mês
de novembro do ano de dois mil e vinte
e cinco.

Gilberto Aparício
Presidente da Câmara Municipal de Buritis